

## Os pecados mortais da cidade autofágica

RENATO NUNES BITTENCOURT\*

### Resumo:

O artigo aborda de que maneira a gestão empresarial da coisa pública no regime capitalista em sua vertente neoliberal dissolve as bases políticas do tecido social, tornando-o submetido ao crivo das determinações mercadológicas que violam a dignidade humana mediante a eliminação de sua autonomia e poder de resistência aos ditames financeiros. Para ratificar a espoliação urbana operada pelo empresariado, a violência policial é instrumentalizada para controlar a dita marginalidade social, isto é, os desprovidos de direitos civis.

**Palavras-chave:** Cidade; Violência; Espoliação Urbana; Capitalismo.

### Abstract:

The article discusses how the business management of public affairs under capitalism in its neoliberal strand degrades the political foundations of the social structure, making it subject to the scrutiny of marketing determinations that violate human dignity by eliminating its autonomy and power resistance to financial dictates. To ratify the urban dispossession operated by the business, police violence is instrumentalized to control said social marginality, that is, devoid of civil rights.

**Key words:** City; Violence; Urban Spoliation; Capitalism.



\* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

*As elites escolheram o isolamento e pagam por ele prodigamente e de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político de seu novo isolamento* (BAUMAN, 1999, p. 29).



### Introdução

Ao analisarmos a história da formação sociopolítica das inúmeras cidades espalhadas pelo mundo, perceberemos que poucas delas foram concebidas conforme critérios efetivamente isonômicos na administração pública e na promoção das vidas dos seus habitantes. Poucos sujeitos eram detentores dos direitos cidadãos, enquanto a grande massa humana vivia alheia aos processos decisórios das práticas governamentais, servindo apenas de força de trabalho para o enriquecimento da elitista estrutura social. O espírito patriarcalista comandava energicamente a condução da coisa pública, não raro fazendo uso de dispositivos autoritários para manter a “ordem” favorável ao status quo. Em decorrência de escusos critérios étnicos,

religiosos ou censitários, diversas constituições cidadinas das priscas eras excluía da participação efetiva na vida pública da cidade pessoas que não cumpriam os requisitos exigidos para tal, e essas marcas permanecem até hoje nas suas configurações societárias.

No advento da era modernidade e a inerente laicização estabelecida pela gestão republicana, ocorre a progressiva transformação das relações políticas dos habitantes das cidades, submetidos ao poder centralizado do Estado-Nação. Salvo exceções, a isonomia foi uma das conquistas mais importantes dos cidadãos em sua luta por legitimidade e dignidade diante do sistema governamental. Contudo, apesar dessa isonomia teórica que garante a todos os cidadãos igual tratamento perante o poder estabelecido, na prática não é tal

direito que acontece, mesmo nas gestões políticas que postulam seguir paradigmas democráticos em suas constituições, mistificando assim os seus verdadeiros interesses obscuros na condução da coisa pública. Quando o poder monetário se associa ao espírito comercialista do sistema espetacular, os problemas sociais se tornam ainda mais intensos, pois a intensidade da vida na cidade se torna um simulacro de si mesma, ao exigir sua adequação aos parâmetros empresariais de modo que se torne fonte de lucro para os investimentos recebidos. Nenhuma intervenção urbana é gratuita na transformação da cidade não apenas na sede de um evento espetacular, mas no próprio evento espetacular. Imagem e realidade se fundem assim, despolitizando a massa social que somente enxerga boas intenções em seus gestores.

Nas linhas a seguir apresentaremos alguns desses traços degradantes da vida política e nos esforçaremos para apresentar soluções efetivas para a democratização da experiência social, visando assim uma mobilização popular que lute por seus direitos civis em prol da construção de uma sociedade democrática para além dos ditames do grande capital financeiro, espoliador da coisa pública. Afinal, nenhuma democracia desceu dos céus ou foi outorgada divinamente pela casta governamental para os membros de uma sociedade. Sem luta por cidadania plena conforme os princípios da soberania popular a situação permanecerá tal como está, passividade que somente favorecerá a manutenção dos privilégios elitistas.

#### **As contradições axiológicas da cidade para consumo**

A cidade moderna, não obstante os seus evidentes avanços tecnológicos,

apresenta ainda resquícios arcaicos em sua estruturação social, configurando-se como um espaço de exclusão das diferenças que anula toda singularização existencial graças ao processo de massificação política. Grosso modo, a vida na cidade moderna permanece ainda atrelada aos dispositivos sectários do elitismo sociopolítico, que secciona os “bens nascidos” da massa anônima que apenas subsiste na vida cotidiana obtendo parcamente os meios para manutenção de sua dura sobrevivência na grande selva de pedra da civilização tecnocrática. Por conseguinte, aqueles que não fazem parte do clã dos eleitos corre constantemente o risco de sofrer as agruras da gestão política direcionada para a satisfação privada dos interesses materiais de uma súplica de prevaricadores da coisa pública, circunstância que torna seu modo de vida incerto, angustiante, ansioso. Quando a insanidade está alocada na gestão política, não há garantias de respeito constitucional pela existência das pessoas, apenas a produção de angústia perante o arbítrio flutuante de incendiários urbanos, mais perigosos do que tiranos tresloucados do mundo antigo. Adir Ubaldino Rech argumenta que

A construção do Estado sempre iniciou pela cidade, mas a elite dominante sempre se preocupou mais consigo mesma e em ampliar o poder para outras esferas, do que utilizá-lo em nível local para solucionar problemas que afligem a maioria da população que vive ainda à margem da cidade clássica, historicamente construída pelo homem, como santuário do bem-estar e da civilidade (RECH, 2007, p. 207).

A cidade sob a égide da administração mercadológica foi dominada pelo sistema espetacular. Os grandes eventos

esportivos, religiosos e políticos se converteram em colossais fontes de lucros para os empresários, especuladores financeiros, lobistas, empreiteiros e todos os investidores que usam o corpo da cidade em evidência midiática para a concretização dos seus interesses particulares, isto é, a lucratividade desenfreada obtida através da prevaricação do patrimônio público. A cidade, que nasceu historicamente da tentativa de se estabelecer a ação coletiva em favor da instauração do bem comum, se torna no capitalismo tardio uma mercadoria privatizada pelos detentores dos meios de produção, que não exploram mais apenas seus recursos materiais, mas também seu potencial cultural instrumentalizado como mecanismo de consumo, que não pode ser de maneira alguma bloqueado pelos “espíritos atrasados” da sociedade, isto é, os refratários ao processo de mudança urbanística que fragmenta violentamente a ordenação da estrutura metropolitana, sempre conforme a conveniência dos detentores dos meios de produção. Carlos Vainer pondera que

Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis (VAINER, 2012, p. 83).

A cidade-espetáculo é autofágica pelo fato de engolir os seus habitantes amalgamados e os despersonalizar, gerando um modo de vida alienante e automático, no qual o processo de politização social e luta por cidadania plena são desprivilegiados em favor da vida dedicada ao hedonismo consumista. Contudo, grande parte da

população que habita na cidade-espetáculo se encontra usualmente alheada dos benefícios oferecidos pela experiência na vida metropolitana, evidenciando a ausência de direito à cidade, tal como definida por Henri Lefebvre:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos. Direito à liberdade, à individualização na sacralização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2015, p. 134).

Os investimentos governamentais realizados na infraestrutura da cidade-espetáculo apenas beneficiam o tecido social de maneira secundária e, tanto pior, são interpretados no imaginário como benesses caridosas, não como o cumprimento objetivo de deveres políticos que concernem ao ofício da administração pública. Essa mentalidade servil herdada dos tempos coloniais ainda perpassa a consciência coletiva de nossa esfera pública imatura em sua formação democrática. De acordo com a reflexão de Marilena Chauí,

O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? É uma sociedade que conhece a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhe retirada quando as dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras). É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades e estas, em relações de hierarquia,

mando e obediência (situações que vão da família ao Estado, atravessa as instituições públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais). (CHAUI, 1987, p. 53-54).

Muitos crimes de improbidade administrativa ocorrem usualmente na cidade-espetáculo em decorrência da naturalização dessa disposição popular em compreender os empreendimentos positivos dos mandatários políticos em favor do bem social como ações altruístas que são realizadas pela boa vontade desses célebres homens. Para que tal disposição tacanha chancela o famigerado “rouba, mas faz” é apenas um passo. Afinal, a aceitação inexorável da miserabilidade social faz do homem-médio uma pessoa submissa aos desmandos do poder governamental, e para sua limitada concepção política, é melhor que um gestor público desonesto se aproprie do erário público, mas faça o mínimo em prol do progresso social, do que nada fazer. Em verdade, caberia que tal político fosse defenestrado em uma mobilização multitudinária, pois assim sua punição serviria de exemplo para que se modifique a concepção política clientelista de desrespeito ao patrimônio público. A filosofia política não pode mais permanecer no frio formalismo deontológico, de forma a propor uma ação prática de transformação social, tornando-se inevitável o estabelecimento de estratégias intensas de resistência aos espoliadores da coisa pública, não importa onde eles estejam inseridos, e eliminá-los da sua nefanda participação dos jogos do poder.

De modo algum o objetivo primordial dos planejadores urbanos é o de proporcionar para a população local melhorias nas suas condições concretas de vida. Tal afirmação certamente soa

como um discurso extremista para as consciências embotadas ou seráficas que habitam as zonas de conforto dos sonhos de consumo do fetichismo capitalista, que acreditam otimistamente na boa vontade e no altruísmo dos gestores sociais, mas para a desmistificação das organizações políticas, cada vez mais submetidas ao crivo do capital privado, é imprescindível que sejamos realistas e adeptos de tonalidades corrosivas no discurso de denúncia contra a grande espoliação urbana. Desse modo, é imprescindível que sejamos radicais, isto é, que adentremos na raiz dos problemas sociais e suas contradições intrínsecas para assim modificarmos nossas condições vitais em uma gestão urbana que efetivamente não promove a afirmação dos direitos cidadãos. Conforme argumenta Marcelo Lopes de Souza,

Buscar um desenvolvimento urbano autêntico, que não se traduza como um “desenvolvimento capitalista” do espaço em detrimento de interesses sociais mais amplos ligados à justiça social, à proteção ambiental e outras metas, exige, consequentemente, que não se perca de vista uma preocupação com a eficácia tanto tática quanto estratégica em matéria de capacidade de proposição e ação, inclusive e sobretudo das organizações dos ativismos sociais. Em outras palavras, exige que não se perca de vista uma preocupação com o aumento da capacidade de planejamento e gestão, de elaboração de (contra)propostas e (contra)projetos, e isso a serviço de um combate à heteronomia instituída (SOUZA, 2008, p. 265).

Por conseguinte, os progressos técnicos operados na cidade-espetáculo seguem o fluxo de circulação do capital em suas mais diversas expressões. As

megalomaniacas intervenções urbanas somente ocorrem nos períodos de preparação para os grandes eventos, jamais em condições normais, tal como seria conveniente para favorecer a circulação social dos seus transeuntes em suas atividades cotidianas. Essa circunstância evidencia o descaso dos governantes corrompidos pela para com a população, que paga para viver na cidade e não recebe os benefícios que lhe cabem por direito constitucional, letra morta diante do autoritarismo fascista que cada vez mais se engrandece sem qualquer pudor ou cerceamento. Henri Lefebvre aponta que

A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrines, de comprar os objetos expostos (LEFEBVRE, 2008, p.28).

A cidade-espetáculo é preparada cosmeticamente para o consumo turístico, cuja seleta legião de “homens de bens” despeja no setor de serviços suas riquezas, grande palavra de ordem que faz com que tudo se curve e se cale para a realização dos eventos megalomaniacos, pois esses, tal como usualmente se afirma pela imbecilidade institucionalizada, trarão para os cofres públicos polpudas divisas que serão utilizadas para o investimento dos setores fundamentais da administração governamental. Contudo, a história concreta da corrupção plutocrática demonstra que isso não ocorre de fato. A maior porcentagem dos lucros advindos do consumo dos eventos espetaculares é retida pelos investidores, e as quantias que sobram são desviadas pelas cúpulas governamentais. Os acontecimentos históricos comprovam que o dito legado

dos grandes eventos, em especial os esportivos como copas do mundo ou jogos olímpicos, em verdade se torna um fardo para os cofres públicos e para a população, que paga a conta pelo descalabro dos seus mandatários e dos empresários que usufruem impunemente do erário público sem qualquer fiscalização rigorosa dos órgãos responsáveis, e mesmo quando há denúncias e eventuais punições para tais delitos, os advogados dos espoliadores da coisa pública conseguem protelar e atenuar ao máximo as sentenças judiciais, pouco prejudicando esses grandes plutocratas que agem como genuínos psicopatas na sua sanha por lucro e poder. A estrutura urbana é destruída impunemente pelos tecnocratas ao serviço do empresariado rapineiro, e o tecido social arca com as consequências insanas das intervenções irresponsáveis dos governantes lacaios das negociatas empresariais.

A mídia corporativa, diretamente interessada na realização dos eventos espetaculares para que amplie seu nível de audiência, a vendagem dos seus produtos e suas verbas publicitárias, não hesita em defendê-los perante a opinião pública apregoando a tese inverídica de que tais acontecimentos especiais proporcionarão mais empregos e mais injeção financeira na vida da cidade, assim como a possibilidade de superação das contradições sociais graças ao espírito patriótico que une todos os cidadãos em torno da causa maior que é o sucesso nacional. Muitos desses postos de trabalho são temporários, findo os eventos a massa proletária é jogada novamente na obscuridade e na privação material do desemprego, e a dita captação de lucros fica concentrada nas mãos de uma afortunada elite que deposita suas riquezas em bancos estrangeiros

localizados em paraísos fiscais, sem qualquer compromisso econômico e social com a coisa pública nacional. Os eventos espetaculares, que representam na teoria a ratificação da paz internacional e a integração social dos grupos cotidianamente separados, na prática ratificam cruamente as divisões classistas, pois seus eventos não são destinados ao consumo coletivo da população, que trabalha arduamente para que outrem usufrua da diversão efêmera. Para que tais eventos especiais ocorram no seio da cidade é imprescindível que o militarismo estatal oprima e mate todas as forças contrárias ao progresso empreendedor das novas configurações urbanas impostas pela logística empresarial. O processo de alienação não ocorre mais apenas na dimensão laboral, mas acima de tudo na impossibilidade de o cidadão participar da vida pública na sua diversidade de expressões sociais. A cidade-espetáculo é uma grande mercadoria privatizada para o usufruto dos “cidadãos de bens” e dos estrangeiros que servem aos propósitos do capital multinacional. Marcos Barreira aponta que

A produção incessante de espaços segregados contrasta com a imagem de integração social fartamente oferecida pelo discurso publicitário. A concepção de uma cidade competitiva e “global”, longe de atingir os objetivos propalados, apenas reforça tendências negativas já existentes, como a disparidade entre as áreas economicamente centrais e as periferias abandonadas (BARREIRA, 2013, p. 162).

A vida urbana é em sua essência a negação da idiotia, isto é, a dimensão da vida privada, autocentrada, desprovida de comunicação. Nenhuma pessoa é autossuficiente, e a experiência da sociabilidade promove o câmbio de experiências e a solução de problemas

orgânicos da ordem pública que afetam as vidas dos sujeitos. Todavia, a história das cidades é a história da dominação política da elite econômica sobre a massa anônima dos trabalhadores, dos pobres, dos desprovidos de voz social para clamar por seus direitos perante um sistema jurídico que somente atende as demandas egoístas dos plutocratas. Para Adir Ubaldo Rech,

A primeira constatação que se deve fazer é que o objetivo da cidade, que era o bem-estar, a convivência e a segurança, fica em segundo plano, pois, ao sentir o gosto do poder, a classe dominante transforma o próprio poder em objetivo e ideal a ser perseguido. A cidade ideal é substituída pela luta e conquista do poder (RECH, 2007, p. 21).

A configuração política da cidade-espetáculo é mais uma etapa da hegemonia da elite financeira sobre o povo espoliado que somente encontra significação existencial quando está ao serviço incondicional da casta patriarcalista. Esse processo de cisão interna da vida urbana se potencializa quando a condição simbólica de cidadania decorre acima de tudo pela capacidade de consumir os bens disponibilizados pelo mercado, como se tal orientação unidimensional fosse uma verdade absoluta a ser seguida pela pessoa em sua aspiração por reconhecimento social perante uma ordem política massificada e produtora de narrativas de vida anônimas e existencialmente vazias. Para a massa social espoliada, somente existem deveres a cumprir, sob o risco de prisão nos porões do sistema carcerário ou de morte pelos grupos de extermínio patrocinados pelas tropas policiais. Conforme argumenta Marilena Chauí,

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou

aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade (CHAUÍ, 2007, p. 84).

No sistema capitalista, não obstante todo argumento contrário, a cidadania é conquistada pelo poder aquisitivo que permite adquirir os produtos e serviços comercializados. O discurso competente da arrogância elitista se caracteriza por defender a tese absurda de que os pobres são os culpados por seu próprio fracasso econômico, pois eles, conforme essa distorcida visão de mundo, não são disciplinados, não são afeitos ao labor empreendedor, quando em verdade é a ganância necrófila dos plutocratas que promove o pauperismo social, pois o projeto de satisfação dos seus desejos faz sucumbir toda uma enorme quantidade de vidas que são repasto para suas inclinações narcísicas. Não se pode esperar da parte do opressor que ele, de boa vontade, abra mão do exercício de sua opressão sobre o oprimido; cabe a este, unido organicamente no grande corpo multitudinário, lutar pela efetivação plena dos seus direitos humanos para além dos próprios paradigmas jurídicos, afirmando-se assim como pessoa capaz de construir uma história de vida

autônoma. Caso contrário, a tendência é sempre que se amplifique o nível de violência do opressor sobre o oprimido, até sua aniquilação total. Georges Balandier argumenta que

O poder revela-se como algo colocado igualmente a serviço de todos, mas é o guardião das desigualdades e de sua ordem; revela-se como produto da razão e da vontade coletiva, mas é também filho do acontecimento; procede do Direito, mas é ao mesmo tempo o gerador de um Direito que assegura sua própria defesa e se diferencia na aplicação de acordo com as categorias e classes sociais (BALANDIER, 1997, p. 121).

A cidade devastada pela assepsia social imposta pelo empresariado para que a urbe fique livre dos indesejáveis no período de realização dos eventos espetaculares se torna o grande cemitério cujo odor putrefato é escamoteado pelos desinfetantes que purificam o corpo da cidade dos seus miasmas. Outrora os miseráveis eram escondidos nos abrigos para indigentes, agora são exterminados cruamente, pois são vidas nuas, sem valor. O luxo da cidade-espetáculo se calca sobre o sangue dos mortos anônimos, cujo maior delito foi o de nascer, seu grande pecado original. Eis a hipocrisia da cidade-espetáculo, cujos habitantes não hesitam em invocar o nome de Deus nos seus momentos de aflição, mas que desviam os olhares para os miseráveis descartados nas ruas, nos becos, nos buracos, contribuindo de maneira cúmplice para a perpetuação da degradação social. Todos estão invariavelmente envolvidos na caótica situação de violência urbana que estabelece o regime de morte que ameaça ubiquamente o florescimento da potência criativa dos sujeitos, eliminando sua espontaneidade.

A ausência de um planejamento urbano democrático na cidade-espetáculo motivou o acirramento das suas cisões internas, em uma espécie de maniqueísmo espacial entre os locais refinados e as zonas miseráveis que aninham os vícios, as misérias e os focos de violência. Quanto mais distante do plácido campo de visão da elite financeira permanecer a massa humana da pobreza, melhor, pois assim a degustação do café da manhã não é prejudicada. Conforme Antonio Risério,

As cidades já não erguem muros em seus limites exteriores, os muros são construídos dentro dela. São muros internos, separando vizinhos. Trincheiras de cidadãos se precavendo contra seus próprios concidadãos. E esta “arquitetura do medo” se espalhou por todo o planeta (RISÉRIO, 2012, p. 303).

Nos cortiços, nas favelas, nos guetos, nas periferias, em suma, em todas as zonas de exclusão nas quais habitam as hordas imputadas sujas encontramos a simbolização desses espaços degradados como ambientes ontologicamente ruins, das quais as pessoas bem-nascidas devem rezar para nunca se encontrarem na necessidade de um dia passarem por perto. Para o cidadão asséptico, quem habita nesses rincões obscuros é uma pessoa corrompida de corpo e alma. Conforme pondera Gilberto Dupas,

Os espaços que não são funcionais à nova lógica sistêmica não conseguem se inserir na economia mundial. Dentro das cidades, isso se expressa na dualização acelerada de suas configurações sociais, levando a uma verdadeira separação de seus processos urbanos (DUPAS, 1999, p. 47).

Para que os grupos sociais dotados de poder aquisitivo e acesso fácil aos bens de consumo não fosse prejudicado por

essas interações desagradáveis, os gestores urbanos não hesitaram em criar espaços reservados de circulação, impedindo que as diferenças sociais aí adentrassem e maculassem a ordem vigente. Eis assim um dos elementos propulsores para a formação dos condomínios e dos shoppings centers, estruturas espaciais caracterizadas pela lógica normativa da identidade, na qual impera os princípios da assepsia social, da impessoalidade e da falsa consciência de segurança perante o caos difuso do lado de fora. Afinal, quem de fato está psicologicamente aprisionado nesse gerenciamento idiotizado da existência privatizada? Os shoppings centers e os condomínios não são os responsáveis pela cisão social, mas retratam claramente a falta de iniciativa de se estabelecer uma experiência societária incluyente, afirmadora da alteridade, processo cada vez mais difícil de efetivar nos tempos férreos da gestão urbana alinhada aos parâmetros neoliberais de Estado Mínimo. Para Marcelo Lopes de Souza,

Quem protagoniza a auto-segregação residencial, habitando em condomínios exclusivos e consumindo em shopping centers, pode pensar conseguir, por essa via, garantir a “sustentabilidade” de sua qualidade de vida em pelo menos até que, por exemplo, um seqüestro demonstre que a auto-segregação não garante total invulnerabilidade contra as manifestações do esgarçamento do tecido social na cidade real existente fora dos limites de condomínios e shopping centers (SOUZA, 2010, p. 265-266).

A sensação latente de insegurança pública não se resolve com medidas excludentes ou repressivas, mas através da democratização das relações sociais, integrando horizontalmente as pessoas

em projetos de vida emancipatórios. A gestão pública de segurança dos grandes centros urbanos se configura como uma luta constante contra a guerra de todos contra todos, onde a violência e o mal espreitam de todos os lados, tornando impossível a vivência da tranquilidade e a demonstração de confiança para com os demais. Para Bauman,

A insegurança alimenta o medo: não há novidade, portanto, no fato de que a guerra à insegurança tenha grande destaque na lista das prioridades dos planejadores urbanos [...]. O problema, porém, é que, com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana. A alternativa à insegurança não é a beatitude da tranquilidade, mas a maldição do tédio (BAUMAN, 2009, p.68).

Tudo o que é desconhecido evidencia seus traços ameaçadores, e a reatividade afetiva impede que se busque interagir com os signos da diferença, perpetuando-se assim a cisão social, na qual cada pessoa luta por sua sobrevivência cotidiana sem maiores considerações pelos demais. De acordo com Katia Canton,

O que era antigo foi com frequência posto abaixo para dar lugar ao moderno, ao novo; desde então, crescem os desequilíbrios na distribuição de renda e de benefícios, aumenta a tensão social e abrem-se feridas violentas, resultantes da intolerância humana. E a metrópole, assim, vive em precário e pulsante equilíbrio (CANTON, 2011, p. 23).

As tentativas de se solucionar convenientemente as insurgências marginais contra o status quo encontram

no braço armado das forças policiais um dos seus principais esteios. Não existe da parte das classes dominantes o projeto de se estabelecer uma relação harmoniosa com as massas oprimidas, tampouco o consenso pautado na justiça econômica, disposições que agradam certamente ao ideário liberal que acredita piamente na mudança para melhor da ordem social sem que haja um conflito efetivo entre os polos discordantes que os conduza ao choque de forças antagônicas. Segundo Paolo Perulli,

A cidade existe em virtude da pluralidade de indivíduos que a habitam e a povoam, do seu *populus*. É essa etimologia que nos leva à ideia de conflito, de *pólemos*, de permanente risco de guerra civil. Consequentemente, não plenitude e harmonia, e sim conflito entre os “diversos” reunidos na cidade (PERULLI, 2012, p. 206).

Para as elites, a melhor maneira de se evitar as dissensões sociais é através do uso dos aparatos repressivos do Estado Plutocrático, ou seja, mediante o recurso da truculência policial que mata indiscriminadamente os pobres. Enquanto os “cidadãos de bens” desfrutam hedonisticamente dos encantos do capital, pessoas que cometeram o grande crime de viverem na linha da pobreza que lhes impede o acesso aos direitos constitucionais são oprimidas cotidianamente pelos cães-de-guarda da propriedade privada. Para que um burguês viva na bonomia é necessário que milhares de pessoas periféricas sejam oprimidas pelos abusos das tropas policiais, pois nada é gratuito na ordem tecnocrática do capital. Conforme argumenta Bauman,

Cada vez mais, ser pobre é encarado como um crime; empobrecer, como o produto de predisposições ou intenções

criminosas – abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado (BAUMAN, 1998, p. 59).

A consciência etérea do burguês autocentrado lhe impede de compreender a estruturação contraditória das relações sociais, e quando um acontecimento terrível lhe atinge diretamente, esse sujeito estúpido despeja nas redes sociais suas lamúrias virulentas por mais paz, mais segurança, mais proteção, mais repressão policial. Não adianta pedir paz quando a violência é um dos fundamentos das cisões sociais da urbanidade moderna. Passeatas pela paz na cidade são gestos sublimes, mas pouco eficientes para a transformação do tecido social, pois são as belas avenidas dos bairros nobres que acolhem os pés desses apeladores, não os becos das favelas, as zonas periféricas, os locais que mais sofrem da falta de paz. Muitos dos que fazem um apelo pela paz logo retornam ao modo ordinário de sociabilidade, ajudando assim a ampliar os riscos de novas insurgências de atos violentos no tecido da cidade. A paz não é obtida por pedidos seráficos, mas por ações efetivas que alteram as relações jurídicas, políticas, culturais e econômicas da sociedade, integrando solidariamente o tecido social na sua luta por reconhecimento, por empoderamento e por cidadania. Nessas condições, não pode haver paz quando não há justa distribuição de renda, erradicação da pobreza, saneamento básico, acesso ao sistema público de saúde, educação emancipatória, fim da exploração laboral, tratamento isonômico para toda a população perante os poderes estabelecidos, que exercem a cruenta dominação

burocrática que impede o progresso social. De acordo com Lucio Kowarick,

A violência está fortemente presente no cotidiano de nossas cidades, não apenas a da polícia ou dos bandidos, mas também a dos salários, transportes e jornadas de trabalho, isso para não falar das situações de doenças, acidentes e desemprego ou nas formas espoliativas de moradia. E enquanto assim for, muitos permanecerão na condição de subcidadania. Sem direito à cidade (KOWARICK, 2000, p. 55).

Tais direitos não fazem parte da pauta política dos gestores neoliberais defensores da esqualidez do Estado Mínimo, tampouco dos autocratas reacionários que governam a coisa pública tal como senhores feudais assassinos que atentam impunemente sobre as vidas sem valor das massas humanas. Tais exigências acima elencadas, condições fundamentais para o exercício de uma gestão política democrática, certamente causam estranheza aos defensores do livre mercado, que vilipendiam qualquer investimento substancial do poder governamental na infraestrutura social. Tais exigências soam como parâmetros da esquerda para os tecnocratas que somente enxergam números e funções mecanicistas em suas vidas desumanizadas pela frieza dos seus gabinetes assépticos.

O genérico apelo burguês por segurança e por proteção visa apenas preservar sua propriedade privada das mãos da marginalidade, mas esse próprio burguês não consegue reconhecer que seus atos violadores do bem comum (corrupção, clientelismo, nepotismo, sonegação de impostos, pagamento de propinas para obter vantagens ilícitas, tráfico de influências) são os efetivos motivadores de todo dissenso social,

pois ao direcionar a ação política e o uso dos recursos públicos para a satisfação dos seus interesses privados, os gestores ímprobos fazem com que a grande massa humana perca qualquer meio de assistência social. Segundo Lôic Wacquant,

Em vez de difundir-se por todas as áreas da classe trabalhadora, a marginalidade avançada tende a concentrar-se em territórios bem-identificados, bem-demarcados e cada vez mais isolados, vistos por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde apenas o refugio da sociedade aceita habitar (WACQUANT, 2005, p. 172).

O reacionarismo burguês que clama por repressão policial contra a marginalidade endêmica não percebe que seus próprios atos contrários ao bem comum são mais perigosos para a ordem pública do que todos os delitos somados pelos ladrões e narcotraficantes. As elites outorgam para si a plenitude dos direitos, inclusive o direito de violar os próprios direitos, pois se consideram os donos da coisa pública, utilizando-a conforme seus propósitos autocentrados. Precisamente pelo fato de que as elites plutocráticas manipulam a gestão pública para satisfação das suas demandas privadas, elas são as verdadeiras criminosas que causam todos os prejuízos sociais. Contudo, como são associadas aos poderes jurídicos e repressivos da gestão patriarcalista do establishment burguês, as elites são os salteadores que não apenas roubam e matam, mas também que roubam e mandam matar todos os que são socialmente indesejáveis, limpando a cidade das escórias que prejudicam a circulação luxuosa dos seus fetichistas bens de consumo. As domingadas urbanísticas revelam que

em breve a cidade autofágica irá explodir e talvez não se encontre pessoas aptas a reconstruí-la a partir de seus escombros, levando em consideração a capacidade de torpor político que a efervescência do espetáculo motiva na sensibilidade dos habitantes ávidos de entretenimentos cuja realização exige a espoliação social de uma grande massa que a cada dia não sabe como será seu dia de amanhã. Os anéis olímpicos são os túmulos da soberania popular na gestão plutocrática da coisa pública.

### **Considerações finais**

Cada cidade do mundo possui a sua idiossincrasia, sua formação cultural, sua visão de mundo. Há cidades que apresentam caracteres mais acolhedores em relação ao diferente, ao estrangeiro, outras mais reacionárias. Há cidades imbuídas de espírito progressista que são governadas, todavia, por políticos mais conservadores, assim como há cidades tradicionalmente dotadas de parâmetros conservadores que, por sua vez, são geridas por políticos mais progressistas. Muitas combinações são possíveis nesse grande caldo da gestão pública, e compreender essa complexidade é o papel da filosofia política comprometida com a instauração de uma sociedade democrática. Obviamente que essa apresentação é sumária, pois exigiria análises ainda mais detalhadas das assembleias legislativas, das relações comerciais, da topografia urbana, do clima etc. Afinal, a cidade é um organismo vivo que agrega e separa seus habitantes, e nenhum elemento pode ser descurado na interpretação do seu modo de ser, de seu espírito. A experiência na cidade, portanto, não pode se converter em um mero depósito heteróclito de corpos, um cemitério de vivos, uma máquina que devora a todos.

Ou melhor, que devora em especial os sujeitos desprovidos de poder financeiro, que não podem assim pagar por proteção, segurança e por direitos, em uma realidade econômica na qual a cidadania é obtida graças ao usufruto do dinheiro. Eis assim o pecado primordial da cidade que se consome internamente e abre espaço para a dissolução de sua mobilização politizadora, que unifica as forças multitudinárias pela ação criadora de mais liberdade e mais vida. Para o fascismo institucionalizado, a paz sepulcral é a melhor forma de governar os vivos que em verdade já estão internamente mortos, pois desprovidos da capacidade de resistência aos ditames autoritários do poder financeiro.

#### Referências

- BALANDIER, Georges. **O Contorno: Poder e Modernidade**. Trad. de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARREIRA, Marcos. “Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro” In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- CANTON, Katia. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, desemprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2015.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução Urbana**. Trad. de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- PERULLI, Paolo. **Visões da Cidade: as formas do mundo espacial**. Trad. de Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2012.
- RECH, Adir Ubaldó. **A exclusão social e o caos nas cidades: um fato cuja solução também passa pelo Direito como instrumento de construção de um projeto de cidade sustentável**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.
- RISÉRIO, Antonio. **A Cidade no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial das metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria – notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano” In: ARANTES, Otília; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 75-103.
- WACQUANT, Lóic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Trad. de João Alberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan, 2005.